

EMPRESÁRIOS

88611AW 1E (ANC) P3 31 MAI 1988

# Constituinte, o principal entrave para retomada dos investimentos

por Cláudia Safatle  
 de São Paulo

Definidas a política econômica de curto prazo, com seus realces fiscais e monetários, e a política industrial que liberaliza as fronteiras do País, estariam dadas as condições básicas para a retomada dos investimentos, tanto estrangeiros quanto nacionais? Há muitas dúvidas sobre isso, principalmente quanto à eficácia da política industrial decretada pelo presidente José Sarney e a sua frontal colisão com os rumos que a Assembléia Constituinte está traçando para a economia brasileira.

Werner Lechner, presidente da Mercedes-Benz do Brasil, há oito anos morando no País, acha que a "política industrial de nenhuma maneira coincide com a Constituinte, que discrimina o capital estrangeiro". Ele viveu, na semana passada, uma situação que tem ocorrido com diversos outros executivos de empresas multinacionais instaladas no País. Foi chamado pela matriz, na Alemanha, para explicar aos acionistas exatamente o que está acontecendo na nova Constituição brasileira, em relação ao capital estrangeiro. Ao final da conversa, foi aconselhado a desacelerar os investimentos da Mercedes-Benz no Brasil, cujo plano quinquenal 1988/92 estabeleceu investimentos da ordem de US\$ 400 milhões.

## INFLAÇÃO

"Para nós uma inflação de 20% ao mês, um processo de estagflação e a defasagem cambial que existe hoje para o setor, que está desestimulando as exporta-

ções, são problemas conjunturais da economia brasileira. São inconvenientes com os quais estamos aprendendo a conviver." Já a nova Constituição não é uma carta conjuntural. "Para nós a Constituição é uma coisa sagrada, na qual não há maneiras de se dar um jeitinho", acredita o empresário, citando que o que mais incomoda os acionistas da Mercedes-Benz na Alemanha "é a discriminação dada às empresas estrangeiras na Constituição". Ele teme que a decisão da Constituinte, de nacionalizar a exploração de minérios, seja o início do desdobramento de outras medidas que afugentem empresas estrangeiras de outros segmentos, quando da elaboração da legislação ordinária.

De sua sala na sede da empresa em São Bernardo do Campo, de onde comanda 23 mil funcionários, Lechner, 59 anos, disse que vai "resistir" à recomendação da matriz, de desacelerar os investimentos já previstos para os próximos cinco anos. Ele deseja que "esses pontos de discriminação ao capital estrangeiro sejam eliminados da nova Constituição" e espera que a aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney dê ao governo melhores condições para intervir nos "problemas conjunturais", evitando o aprofundamento da recessão e o processo de hiperinflação. "A inflação está alta, mas está estabilizada e o governo não deve adotar medidas drásticas para reduzi-la, mas, sim, combater paulatinamente o déficit do setor público", sugeriu o empresário.

O retorno dos investimentos na economia brasileira, na visão do presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Aldo Lorenzetti, dependerá da conjunção de cinco premissas: 1) reaquecimento do mercado consumidor; 2) segurança institucional; 3) regras do jogo definidas e estáveis; 4) dinheiro mais barato; e 5) possibilidade de uma taxa de lucro razoável que dê condições de retorno do investimento.

"Hoje, no Brasil, essas cinco condições estão desfavoráveis", assinalou o empresário, que considera o seu um dos setores mais prejudicados com a nova política industrial decretada pelo governo. O Decreto-lei nº 2.434, no seu artigo 2º, diz que todas as empresas de geração, transformação e transmissão de energia elétrica poderão importar qualquer ativo fixo com redução de 80% do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

"Isso significa declarar o fechamento das indústrias do setor eletroeletrônico no País", acredita Lorenzetti. Ele está articulando o setor de bens de capital para intervir na elaboração da regulamentação da nova política industrial, sob pena de inviabilizar o setor que comanda. Acha, porém, que para solucionar o problema das importações será necessário acrescentar um novo parágrafo no artigo 2º do Decreto-lei nº 2.434, introduzindo o exame de similaridade nacional.

## CONJUNTURA

Preocupado com essa questão particular, no en-

tanto, Lorenzetti vê outra abordagem na avaliação do momento econômico-político, que transcende os problemas conjunturais e a diferença de linguagem entre o Executivo e a Constituinte. Trata-se da incapacidade de articulação das elites empresariais do País em torno de um projeto de conclusão da transição democrática.

Com isso concorda também o diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Joseph Michael Couri, um dos coordenadores do movimento Pensamento Novo das Bases Empresariais (PNBE), lançado no ano passado, mas que até agora não conseguiu deslanchar como alternativa às lideranças consolidadas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Couri, tal como Lorenzetti, questiona as posturas das tradicionais lideranças empresariais, "que estão muito quietas, colocando panos quentes e fazendo vistas grossas". Ambos não têm muito claro como gerenciar as dificuldades para vencer o imobilismo, mas defendem a necessidade de mudanças. "Será que teremos de esperar surgir os 'sem-fábrica', como surgiram no setor agrícola os sem-terra, para nós, industriais, emprendermos um projeto de mudanças?", indagou o presidente da Abinee. Couri, por seu turno, acredita que "enquanto não houver um governo legítimo, os investimentos na economia brasileira não vão voltar, os cartórios industriais que vivem às voltas do governo vão prevalecer e a política industrial acabará 'capotando' na regulamentação".

# "Condições para voltar a planejar"